

A POTENCIALIDADE POLÍTICA DAS FESTAS POPULARES: O CARNAVAL DE RUA E A OCUPAÇÃO DA CIDADE

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de monografia que procurou entender como se relacionam e se conjugam ativismo político pela ocupação da cidade e o Carnaval de Rua de Belo Horizonte (BH). A motivação para tal pesquisa se deu a partir dos seguintes fatos: a capital de Minas Gerais, durante muito tempo foi conhecida como cidade refúgio para aqueles que não se interessavam pelo Carnaval. Entretanto, de 2010 pra cá se multiplicaram blocos e manifestações culturais que reavivaram os festejos. O que parece ter motivado este novo cenário é o contexto político vivido na cidade, cujo marco seria a promulgação, pelo Prefeito Márcio Lacerda, do Decreto nº 13.798 de 09/12/2009, cujo objetivo era proibir eventos de qualquer natureza de ocorrerem na Praça da Estação, praça central que sempre abarcou inúmeros eventos públicos. Na sequencia, vários movimentos surgiram em desacordo à administração municipal, os quais participam ativamente da nova onda de festas.

Palavras-chave: Carnaval, Belo Horizonte, Ativismo Político, Ocupação da Cidade

THE POLITICAL POTENTIALITY OF POPULAR FESTIVITY: THE STREET CARNIVAL AND CITY OCCUPATION

ASBTRACT

This article presents the results of a study that sought to understand how are related and combined political activism by city occupation and the Belo Horizonte's Street Carnival. The motivation for such research occurred from the following facts: the capital of Minas Gerais, for a long time, was known as a city that was a hideaway for those not interested in the Carnival. However, from 2010 until now, several "blocos" of carnival and cultural movement emerged reviving this festivities. What seems to have motivated this new scenario is the political context lived in the city, which mark would be the sanctioning by Mayor Márcio Lacerda of the Decree no. 13.798 of 12/09/2009, in order to prohibit any kind of events to occur in "Praça da Estação", a central square where always took place numerous public events. Thereafter, a lot of new movements appeared in disagreement with the municipal administration and has actively participated in this new wave of the festivities.

Keywords: Carnival, Belo Horizonte, Political Activism, City Occupation

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Quem folheia os velhos jornais é obrigado a acreditar que, há anos passados, o carnaval era, aqui, animado e brilhante. Quem pensa, hoje, em organizar clubes carnavalescos com cortejos alegóricos e tudo mais? E, no entanto, em 1905, além do “Mataquins”, era organizado nesta capital o “Clube dos Progressistas”, que se inaugurou com grande aparato.

Hoje, os folguedos estão reduzidos a bailes elegantes ou a danças populares nos subúrbios. Antigamente, o carnaval se estendia por toda a cidade: era a festa das multidões, todas as classes participavam da folia (Andrade 1947: 58).

Desde que me mudei para Belo Horizonte (BH), capital de Minas Gerais, em 2006, sempre ouvi que a cidade era um refúgio para aqueles que não se interessavam pelo Carnaval. Quando chegava a época desta festa, quem gostava da diversão a procurava fora daqui! Dessa forma, a passagem acima escrita pelo jornalista Djalma Andrade na década de 40 poderia, com grande semelhança, ser do início deste século. No entanto, nos últimos anos (de 2010 para cá) é cada vez mais frequente se ouvir falar do Carnaval de Rua que vem ocorrendo na cidade. Aliás, este tem tomado tal proporção, que no ano de 2014, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) anunciou que esperava mais de um milhão de pessoas nas ruas.¹

Como no final da década de 40, “os folguedos” em clubes e bairros não deixaram de ocorrer. Contudo a festa tomou novo fôlego em 2010 devido à vontade espontânea de alguns belo-horizontinos em experimentar o Carnaval de Rua na cidade e ocupar o espaço público com seu cortejo e alegria, o que, anteriormente, era feito somente por alguns poucos blocos tradicionais e caricatos, a Banda Mole² e o desfile das escolas de samba. Esta experimentação foi “ganhando corpo” e, nos anos subsequentes, foram surgindo novos blocos com o

¹Segundo reportagem postada no site oficial do Carnaval 2014 de Belo Horizonte (Assessoria de Imprens/ Prefeitura de Belo Horizonte) Postado em 13 de fev. 2014. *BH se prepara para um dos maiores carnavais de sua história*. Acesso em: 16 de mai. 2014 (<http://www.carnavaldebh.com.br/noticia/bh-se-prepara-para-um-dos-maiores-carnavais-de-sua-historia/>).

² “A Banda Mole, principal bloco pré-carnavalesco de Belo Horizonte, surgiu na década de 70 e, nos anos oitenta, ficou famosa, atraindo para seus desfiles um grande número de foliões (Teixeira 2005: 27)”.

acompanhamento de um número crescente de foliões em sua peregrinação. Para se ter uma ideia, de acordo com o então presidente da Empresa Municipal de Turismo – Belotur,³ Mauro Werkema, em 2009 desfilaram pela cidade 15 blocos,⁴ enquanto em 2014, mais de 130 blocos registraram-se na Prefeitura.⁵

Portanto, fica a dúvida: se já existiam blocos tradicionais e caricatos,⁶ Banda Mole e o desfile de escolas de samba ou conjuntos de amigos que se aventuravam pelos bairros com os poucos belo-horizontinos que ficavam na cidade, porque a partir de 2010 “o caldo engrossou”? Isto é, porque as pessoas se interessaram pelo Carnaval de Rua na cidade? Bem, uma hipótese é a de que existiu\existe um contexto favorável.

Em dezembro de 2009 o então prefeito de Belo Horizonte, o Sr. Márcio Araújo de Lacerda, reeleito em 2012, sancionou um decreto cujo objetivo era a proibição de eventos de qualquer natureza de ocorrerem na Praça da Estação, praça central da cidade, que sempre abarcou inúmeros eventos públicos, como apresentações culturais diversas, manifestações e protestos, entre outros. Assim, Márcio Lacerda aprova o Decreto nº 13.798 de 09 dezembro de 2009, impedindo o uso e ocupação deste espaço público:

O Prefeito de Belo Horizonte, [...] considerando a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração e, ainda, a depredação do patrimônio público verificada em decorrência dos últimos eventos realizados na Praça da Estação, em Belo Horizonte, DECRETA:

Art. 1º - Fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital.

³ A Empresa Municipal de Turismo – Belotur é o órgão da Prefeitura responsável diretamente pela organização oficial do Carnaval na cidade.

⁴ Segundo reportagem postada no site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte (Assessoria de Imprens/ Prefeitura de Belo Horizonte). Postado em 07 de dez. 2013. *Belotur apresenta crescimento do carnaval em Belo Horizonte*. Acesso em: 16 de mai. 2014 (<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/belotur-apresenta-crescimento-do-Carnaval-em-belo-horizonte>).

⁵ Segundo reportagem postada no site oficial do Carnaval 2014 de Belo Horizonte (Assessoria de Imprens/ Prefeitura de Belo Horizonte). Postado em 24 de jan. 2014. *Carnaval de BH 2014 terá participação de mais de 130 blocos de rua*. Acesso em: 16 de mai. 2014 (<http://www.carnavaldebh.com.br/noticia/noticia-rodape-02/>).

⁶ “Marca registrada do carnaval de Belo Horizonte, os blocos caricatos estão ligados à origem do carnaval na cidade, em suas primeiras manifestações ocorridas ainda no final do século XIX”. Segundo reportagem postada no site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte (Assessoria de Imprens/ Prefeitura de Belo Horizonte). Postado em 26 de fev. de 2014. *Mais de mil integrantes de blocos caricatos disputam o campeonato em 2014*. Acesso em: 15 de mai. de 2014 (<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/mais-de-mil-integrantes-de-blocos-caricatos-disputam-o-campeonato-em-2014>).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2010 (Decreto nº 13.798/2009, DOM, 10 de dez. 2009).

Logo após a entrada em vigor deste instrumento normativo, é organizado, por meio das Redes Sociais (Facebook, Blogs, Twitter, etc.), um evento de protesto à ação do prefeito: o Vá de Branco.⁷ Esta “reunião popular”, ocorrida 07 de janeiro de 2010, na Praça da Estação, logo se transformou em encontros sabáticos apelidados de Praia da Estação⁸ e a população, por meio das redes sociais, era convidada a desfrutar, naquele verão e a caráter, das fontes de água do local, transformando-o em uma praia popular em meio ao centro da cidade.

Neste mesmo ano de 2010, em decorrências de novas ações restritivas do governo municipal, surge o movimento independente Fora Lacerda,⁹ claramente uma alusão ao prefeito da cidade demonstrando a indignação de seus simpatizantes pela administração do município. Surge também o bloco de carnaval Praia da Estação, que saiu da Praça da Estação (região central) e desfilou em direção à Praça Floriano Peixoto (região leste),¹⁰ passando em frente ao prédio da Prefeitura, onde os foliões lavaram suas escadarias em um ato simbólico de “limpeza e purificação” da administração municipal. Ainda é importante mencionar o Concurso de Marchinhas Mestre Jonas, iniciado em 2012, cujo fato interessante é que vem premiando, com o 1º lugar, marchinhas com temáticas intimamente ligadas ao contexto político local.

Dessa forma, dado o cenário apresentado e as perguntas colocadas, tornou-se importante avaliar como se conjugam ativismo político, a partir da ocupação da cidade, e Carnaval de Rua em Belo Horizonte. Isto porque, nesta cidade, parece ser a sua ocupação a plataforma principal de discussão (que abre espaço a diversas outras) que se expressa no Carnaval de Rua. Assim, o trabalho ao qual este artigo é subsidiário procurou entender como as pautas relacionadas à

⁷ Autor desconhecido. Perfil criado em dez. 2009. *Blog Vá de Branco*. Acesso em: 16 de mai. 2014. (<http://vadebranco.blogspot.com.br/>).

⁸ BLISSETT, L. Postado em 05 de jun. 2010. *Brasil: Multidões fazem Praia numa Cidade de Montanha*. Acesso em: 18 de mai. 2014 (<http://prcalivrebh.wordpress.com/2010/06/05/brasil-multidoes-fazem-praia-numa-cidade-de-montanha/>).

⁹ FORA LACERDA. *Manifesto: carta aberta aos belo-horizontinos*. Acesso em: 18 de mai. 2014 (<https://foralacerda.wordpress.com/manifesto/>).

¹⁰ Este percurso e o ato em frente a Prefeitura se toraram tradicionais. No entanto, nos anos de 2013 e 2014 o bloco desfilou em direção à Praça Raul Soares - região centro-sul; conservando o “ritual” em frente à Prefeitura.

ocupação do espaço público e ao direito à cidade estão relacionadas a tal festividade. Visto isso, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados de tal pesquisa.

Para alcançar sua finalidade, a pesquisa de referência foi feita com base na metodologia “análise situacional” ou “método de estudo de caso detalhado” e foi desenvolvida em três fases: a primeira, que abarcou o campo pré-Carnaval (ensaios de bloco) e a busca documental; a segunda, que se constituiu do campo realizado durante as festividades do Carnaval de 2014; e a terceira, onde foram feitas as entrevistas com atores relevantes selecionados.

A análise situacional ou método de estudo de caso detalhado é uma técnica antropológica que se conceitua, de forma simplificada, pela “análise sequencial de situações sociais e focaliza *gente, lugar e tempo*, com o objetivo de apreender processos, ações e sequências de desenvolvimento em contextos específicos, por meio de uma perspectiva da sociedade em movimento e em constante fluxo” (Feldman-Bianco 1987: 49). VanVelsen (1987) considera que a metodologia da análise situacional leva em conta uma pesquisa de campo mais intensa em uma menor unidade, no entanto, com uma densidade de detalhes bem robusta. Tal metodologia foi escolhida pelo potencial operacional que confere diante de um cenário tão complexo como é a festa de Carnaval.

Aqui é importante sublinhar duas questões, quais sejam: a) no Carnaval de 2014, foram escolhidos dois cortejos de blocos como base para a análise situacional. O do “Bloco da Praia da Estação” e o do “Bloco Tico Tico Serra Copo”. Esta escolha foi feita por conveniência, uma vez que foram estes os eventos registrados com maior quantidade de detalhes; e b) devido sobretudo ao curto espaço de tempo para coleta dos dados e informações necessários e ao volume deles, a seleção dos sujeitos entrevistados se limitou a abarcar o ponto de vista daqueles que faziam parte, principalmente, da organização de alguns blocos de carnaval. Foram feitas, de fevereiro a abril de 2014, dezessete entrevistas semiestruturadas e individuais com participantes de blocos diversos. A escolha dos entrevistados se deu por conveniência e a partir de indicações.

A referência a todos os entrevistados, em seus depoimentos, foi feita atribuindo um nome fictício a cada um deles, a fim de se preservar o sigilo de suas identidades.

2. ATIVISMO POLÍTICO PELA OCUPAÇÃO DA CIDADE E CARNAVAL: ENTENDENDO A RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS

De acordo com Bobbio (1998), o termo “política” se difundiu principalmente a partir da obra *Política*, na qual Aristóteles constrói o que é considerado como o primeiro tratado sobre “a natureza, as funções e a divisão do Estado e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo” (Bobbio 1998: 954). De acordo com o mesmo autor, o conceito de Política, quando referido à ação ou prática humana, está intimamente ligado ao conceito de poder, que por sua vez define-se pela posse ou domínio de meios e/ou recursos necessários para obter “vantagem qualquer” ou os “efeitos desejados” sobre a natureza ou sobre um ou diversos homens. Assim, o poder político se qualificaria, simplificada, pela exclusividade do uso da força coercitiva sobre uma totalidade de homens e grupos sociais atuantes em um determinado contexto social.

Ainda de acordo com Bobbio (1998), dadas suas próprias características, o poder político tem como finalidade, justamente, o que se almeja alcançar, ou seja, os políticos percorrem os fins que se colocam como prioritários, em cada contexto, para a totalidade do grupo social a que se relaciona. Assim, para o autor, não há um fim perpétuo, ou aquele que resume todos os outros em si, mas sim quantos forem propostos de acordo com os diversos grupos organizados em tempos e espaços específicos.

De forma análoga, o filósofo Jacques Rancière (2010) compartilha deste entendimento em relação à finalidade da política, no entanto, para esse autor, a política vai além de questões relacionadas às dimensões do poder (seja ele político ou não) ou mesmo de questões relativas à manutenção da ordem pública. Aliás, para o autor a ação política ou o que se define como político funciona de forma disjuntiva em relação ao exercício do poder e está no espectro oposto da conservação da ordem.

Para Rancière (2010) a essência da política é o dissenso e sua lógica de ação está direcionada para a reconfiguração do que ele chama de “partilha do sensível”. A partilha do sensível é, em um sistema ou espaço comum, aquilo que define, a partir do tempo e das atividades respectivas, o lugar de fala e a visibilidade daqueles que partilham/participam nesse espaço (Rancière, 2005). Esta partilha pode ser hierárquica, dominante, excludente e violenta (o

que ele identifica como lógica de polícia) ou pode se dar de forma disruptiva, ou seja, desorganizando os lugares determinados de participação e indiferença (lógica da política):

A [lógica de] polícia é aquela que diz que aqui, nesta rua, não há nada para ver e, portanto, nada para fazer a não ser passar. Ela define que os espaços para circulação não são nada mais que espaços de circulação. A política, ao contrário, consiste em transformar esses espaços de passagem, de circulação, em espaços de visibilidade dos sujeitos: o povo, o trabalhado, o cidadão. Ela consiste em reconfiguração do espaço, isto é no que deve ser feito, visto e nomeado nele. (Rancière 2010: 37, tradução livre).¹¹

Nestes termos, fica mais evidente que a razão política é a razão do desentendimento, ou seja, a razão do dissenso, ou conflito, ou até mesmo litígio. Mas isso não significa conflito de interesses, ignorância ou irracionalidade. Isto quer dizer “a construção paradoxal de um mundo que reuni em si dois mundos diversos” (p. 39): se a ação política, via dissenso, rompe com o *status quo*, as relações de dominação naturalizadas são deslocadas na medida em que o sujeito político coloca em público um argumento que levanta uma infinidade de outras relações antes alijadas ao espaço doméstico, ou privado, e, assim, dois mundos se chocam e ressurgem um novo espaço. Dessa forma, não existe um lugar específico para “fazer política”, assim como não existem sujeitos políticos determinados ou mesmo objetos definidos pelos quais lutar. O que é interessante acerca deste entendimento em relação ao que é político, é que ele localiza a ação política em um microcosmo. Rancière constrói um mundo sensível onde sujeitos que antes não eram vistos (e ouvidos) como agentes dentro do espaço comum saíam de seus lugares de indiferença e retomariam suas qualidades de sujeitos políticos.

Nesse sentido, a teorização de Rancière se aproxima das teorias acerca dos Novos Movimentos Sociais (NMS). De acordo com Alonso (2009), as teorias sobre os NMS foram formadas a partir de exaustivos debates sobre as possibilidades da revolução e como superação da visão economicista e determinista da teoria da ação coletiva. Esta autora foca três expoentes importantes para esta corrente: Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci. Embora

¹¹ “The police is that which says that here, on this street, there’s nothing to see and so nothing to do but move along. It asserts that the space for circulating is nothing but the space of circulation. Politics, by contrast, consists in transforming this space of ‘moving-along’, of circulation, into a space for appearance of a subject: the people, the workers, the citizens. It consists in re-configuring space, that is in what is to be done, to be seen and to be named in it” (Rancière, 2010: 37).

cada um deles tenham suas teorias particulares acerca dos movimentos sociais na contemporaneidade, todos compartilham de um ponto em comum: os “novos” movimentos sociais se diferenciam dos “velhos” principalmente pelo contexto em que ocorrem.

Alonso (2009) demonstra que, para estes autores, ao longo do século XX, as reivindicações foram se deslocando de questões redistributivas para questões eminentemente culturais e relacionadas à vida cotidiana, “demandando democratização [...] e afirmando novas identidades e valores” (Alonso 2009: 67). Assim, o que caracterizaria os NMS como novos seria esta ênfase cultural, que, na atualidade, se reafirmaria a cada conflito de minorias excluídas em atitude de oposição: “mais interessante ainda é ver aparecerem a reivindicação e o conflito onde apenas existia a repressão ao desvio” (Touraine 1989: 13).

Na virada do século XXI, segundo Seixas (2006), dado o cenário do mundo contemporâneo, a cidade volta a ser palco central de problemáticas e potencialidades dentro da perspectiva de mudança social, justamente pela turbulência cultural e possibilidades de reconfiguração político-institucionais: “a cidade é a melhor oportunidade de inovação política” (BORJA 1998: 55 *apud* SEIXAS 2006: 180). Mas é Harvey (2013) que apresenta os paradoxos envolvidos na reflexão sobre as cidades. De um lado, a globalização e as tendências neoliberais, que tomaram conta do desenvolvimento econômico e do mundo político principalmente a partir da década de 90 do século passado, promoveram uma fragmentação profunda nas cidades e enfatizaram as desigualdades sociais. De outro, é justamente pelo estrangulamento da ação política no espaço contemporâneo que a cena urbana vem sendo tomada por inovações e experimentações de formas coletivas de governança.

De acordo com este autor, as novas lutas tem-se dado principalmente no que se refere à afirmação de direitos essenciais (como dignidade humana, autonomia, diversidade, cidadania) e de práticas político-econômicas inclusivas (como suporte material essencial, oportunidades básicas de vida, participação e responsabilização) que podem ser traduzidas pela expressão direito à cidade. O direito à cidade, portanto, não é somente o acesso aos equipamentos públicos/urbanos, mas sim a definição coletiva de “uma maneira alternativa de simplesmente ser humano” (Havey 2013: 33).

Atualmente, as inovações e experimentações a que Harvey (2013) se refere têm sido, de acordo com Mazetti (2008), cada vez mais permeadas pela criatividade, pelo humor, pelo afeto e

pela arte. Isto não quer dizer que estes instrumentos sejam novidade quando se trata de ativismo e resistência, mas significa que, na era das “redes”, da “internet” e da “comunicação em massa”, as práticas comunicativas e colaborativas ganham importância central para um posicionamento crítico: nos dizeres de Boaventura de Sousa Santos “é através da imaginação que os cidadãos são disciplinados e controlados pelos Estados, mercados, e outros interesses dominantes, mas é também da imaginação que os cidadãos desenvolvem sistemas coletivos de dissidência e novos grafismos da vida coletiva” (Santos 2002: 46 *apud* Mazetti 2008: 107).

Aqui, portanto, voltamos a mencionar Rancière no que se refere, justamente, à importância que a comunicação e as práticas criativas e artísticas tomam na atualidade, pois, para o autor haveria na base da política uma dimensão estética: não aquela relacionada à “estetização da política”, em que há uma captura perversa da “arte” para manipulação das massas, e sim naquela dimensão relacionada com a capacidade de experiência sensível. Isto é, estética e política logriam os mesmos efeitos: a reconfiguração da partilha do sensível, já que esta dimensão estética seria “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que definem ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política” (Rancière 2005: 16).

Nesse sentido, então, o Carnaval poderia se enquadrar nessas referências político-estéticas? Seria o Carnaval um espaço político? Ou, dado o cenário apresentado aqui, uma boa ferramenta de resistência e de reclame ao direito à cidade?

Para Roberto Damatta (1997), assim como para as festas em geral, o Carnaval pode ser entendido como um ritual na medida em que nele ocorre um momento extraordinário onde aspectos do cotidiano são ressignificados de tal maneira que perdem sua característica de trivialidade. Dessa forma, o rito criaria um espaço de consciência e identidade em que o plano social ou contexto em que se engendra se abriria para o seus participantes produzindo uma visão alternativa desta sociedade.

Dentro da classificação de Damatta (1997) sobre os rituais, o Carnaval seria aquele localizado na esfera da inversão. Para o autor, inverter significa deslocar radicalmente elementos de uma dimensão para outra de onde estão completamente excluídos. Em uma sociedade altamente hierarquizada, como a brasileira, perpassada por regras sociais que marcam lugares de indivíduos (esfera do impessoal, do anônimo e do universal) e de pessoas (esfera das amizades,

do conhecido e do biográfico), o Carnaval dissolveria o sistema de papéis e posições sociais cotidianas reagrupando e enfatizando aquelas que, neste sistema, ficam rigidamente segregadas:

O ambiente chamado de “ritual” é, conseqüentemente, criado quando se coloca lado a lado o ladrão e o policial, a prostituta e a dona de casa, o presidiário e o diplomata, o travesti e o *machão*. O campo social assim engendrado se funde numa gramaticalidade especial. É o campo da jocosidade e do grotesco, onde a busca é por aspectos que estão além dos sistemas que cada um desses papéis sociais representa no mundo normal (Damatta 1997: 81-82).

Dessa forma, justamente pelo fato de que o mundo social se inverte – e os grupos sociais radicalmente separados se encontram e até “mudam de lugar”, inventa-se um espaço especial e múltiplo. Neste novo espaço, o povo invade as ruas da cidade, reconfigurando o urbano que fica demarcado para e pelo Carnaval: “todos brincando e se articulando nessa reinvenção do espaço citadino que, de impessoal e inarticulado, passa a ser pessoal, comunitário [...] e, sobretudo, criativo, permitindo que se dê vazão a individualidades de bairro, classe e categoria social” (Damatta 1997: 116). As ruas, antes espaços de passagem e violência cotidianos (com seus carros, divisões e suas hierarquias), transformam-se em locais de permanência e de movimentações sem uma direção necessária. Nelas, uma multiplicidade de eventos ocorre de maneira simultânea e a festa, como um todo, supera o sistema de classificações recorrentes. Neste evento sem dono, que não é oferecido por ninguém nem para ninguém, novos grupos sociais se formam espontaneamente, e outros, que tomam centralidade, como as escolas de samba e blocos diversos, revelam suas forças pela alta capacidade criativa, por um poder inigualável de mobilização social e organização que os habilita a reinventar-se anualmente com grande autenticidade. No Carnaval, o mundo das hierarquias “se vira de cabeça para baixo” e a igualdade (todos tem os mesmos direitos de brincar, cantar, dançar, etc.) toma este lugar. No entanto, Damatta (1997) reforça que esta igualdade é passageira, permanecendo tão-só na possibilidade momentânea do mundo aberto, ritualizado, que engendra apenas compensações temporárias das exclusões cotidianas. Portanto, no carnaval:

[...] estamos diante da inversão que pode permitir a subversão temporária, mas básica, da hierarquia secular da sociedade, criando outras áreas e linhas de poder. E, note bem o leitor, inverter não é liquidar a hierarquia ou a desigualdade, mas apenas submetê-las, como numa experiência controlada – caso das festividades – a uma recombinação passageira (Damatta 1997: 182).

Dessa forma, mesmo que a festa tenha a potencialidade da mudança, de colocar para seus participantes visões alternativas da realidade diária, seu caráter sazonal empresta-lhe certa fragilidade de onde as inversões permitidas durante o rito voltam a ser impostas quando a festa acaba e todos mergulham, novamente, no sistema do mundo cotidiano.

Em uma visão oposta, podemos destacar a perspectiva de Queiroz (1999). Segundo esta autora, a inversão, e neste sentido a fragilidade da potência transformadora do Carnaval, pode ser identificada nas emoções e expectativas de seus participantes, mas não nas experiências concretas em si. Para Queiroz (1999), na verdade, há uma suposta instalação da desordem social, mas que, no fundo, significa o reforço das hierarquias e não sua dissolução temporária:

O aprofundamento da análise da comemoração carnavalesca em sua realização efetiva denuncia que as estruturas do cotidiano estão sempre presentes, agindo até mesmo, às vezes com mais força do que no período rotineiro [...]. As barreiras sócio-econômicas, a dominação da mulher pelo homem, o prestígio das autoridades, os preconceitos de toda sorte – principalmente o preconceito de cor – permanecem vivos e ativos. Representante das autoridades e das camadas superiores, a polícia está a postos, remetendo os foliões aos seus lugares, impedindo os indivíduos de ultrapassarem os limites impostos pela sociedade global, quando o entusiasmo os leva longe demais (Queiroz 1999: 194).

Nesta perspectiva, para esta autora a festa de Carnaval é um momento conscientizador, em que o real exagerado se coloca estampado para seus participantes insuflando ações transgressoras que apontem para um “outro” ideal coletivo. Sua recorrência, portanto, é um elemento primordial, demonstrando que as esperanças estão sempre presentes e traduzindo um modelo de ação popular e organização coletiva que se repete a cada ano.

Neste sentido, e respondendo às perguntas colocadas, o Carnaval poderia sim enquadrar-se nas dimensões político-estéticas apresentadas na medida em que pelo reforço, e mesmo pela inversão, a festa cria novos espaços criativos em que seus participantes experimentam uma configuração nova de convivência social e coletiva. No entanto, como demonstram as duas teorizações, criar espaços e concretizá-los não são a mesma coisa, demandam tempo e mesmo certa prática (recorrência). Assim, podemos dizer que o Carnaval pode ser uma boa ferramenta de resistência, inclusive em relação ao reclame do direito à cidade (e a tantos outros), isto é, porque é um bom modo de aprendizagem, contudo, seu mecanismo não é nem tão instantâneo nem inequívoco.

3. A NOVA ONDA DE CARNAVAL EM BELO HORIZONTE: ENTENDENDO AS RELAÇÕES ENTRE OCUPAÇÃO DA CIDADE E O CARNAVAL DE RUA

Partimos, então, para as práticas presentes no Carnaval de Rua de Belo Horizonte, destacando as relações possíveis entre as questões relativas ao ativismo político pela ocupação da cidade e o Carnaval.

Em relação às experiências pessoais com a festa, as opiniões dos entrevistados convergiram principalmente para dois pontos: o da diversão, como primordial, e o da dimensão política, como algo inerente à festa. Ambos os aspectos se entrecortam em muitos discursos. E quando se referiam especificamente à festa de Carnaval em Belo Horizonte, estes entendimentos eram completados por questões relativas à ocupação do espaço e à ação de outros movimentos, principalmente culturais, que já atuavam na cidade. Assim, a diversidade de discursos e manifestações de todas as naturezas, foi lembrada como fundamental para a identidade da festa:

O Carnaval dos bloquinhos surgiu porque o atual prefeito Márcio Lacerda queria proibir as pessoas de ocuparem os espaços públicos. Foi isso. Quando ele proibiu as pessoas de terem a liberdade de ocupar o espaço público da forma que elas acharem conveniente, as pessoas se uniram e falaram “mas pera ai, quem você acha que você é?”. E nós nos unimos e fomos para a rua. (George, entrevista concedida em 19/03/2014).

Eu acho que o Carnaval de Rua de Belo Horizonte vem de um movimento acompanhando um movimento cultural da cidade, que vinha ocupando a cidade há muitos anos. A gente passou de uma cidade ressabiada com eventos de rua, para ser uma cidade que tinha muitos eventos de rua [...] se você parar para pensar, a gente está no 12º ano de Savassi Festival... um evento de rua que atrai gente de tudo quanto é jeito...a Filarmônica toca nas praças e na rua e é uma das melhores orquestras do mundo. Tem 3 projetos de jazz na rua, tem o Duelo de MC's... o que o duelo fez pela cidade, ninguém fez... desmistificou o baixo centro, foi lá e ocupou. [...] Então eu acho que o Carnaval de rua, ele vem acompanhando e vem engrossando a questão da ocupação cultural que Belo Horizonte tem nas ruas. (Bárbara, entrevista concedida em 18/03/2014).

A marca do Carnaval de BH é isso sabe, há uma diversidade de inspiração, uma diversidade musical que ela é muito importante. Aqui a gente não tem um Carnaval marcado só, por exemplo, por marchinhas de Carnaval, ou só por axé ou só por frevo. Nós temos o contrário, a mistura disso tudo e mais outros ritmos e mais outras influências. Eu acho que o Carnaval mais multicultural do Brasil é o de Belo Horizonte. Ele consegue abraçar um pouquinho do Nordeste, um pouquinho do Rio, um pouquinho do Norte do país também, trás influências de fora...acho que é um Carnaval bem eclético. (Flávio, entrevista concedida em 20/03/2014).

Indo além, muitos pontuaram que mesmo existindo aqueles blocos que, desde o início, possuíam mais claramente pautas políticas e de ocupação da cidade, em sua maior parte, estes foram surgindo de forma despretensiosa, espontânea e autêntica, por puro deleite da festa. Assim, enfatizou-se a perspectiva de construção coletiva, que, de alguma forma, trabalha ressignificando as experiências, trazendo sentido novo, justamente porque o Carnaval de Rua é algo aberto, que congrega e aglutina cada novo folião. Assim, temos a aproximação da festa àquela visão política defendida por Rancière (2010), inclusive no que se refere à dimensão estética relativa à política, já que as abordagens artísticas realizadas no Carnaval são capazes de deslocar os afetos e amplificar a voz das lutas, diminuindo as distâncias entre elas:

Eu acho que a maioria, se não todos os blocos que se propõem, sem remuneração nenhuma, de irem para a rua, fazer uma coisa simplesmente para agradecer ou para tornar a cidade mais viva, são blocos políticos [...] e cada pessoa que soma, é uma construção coletiva. [...] Pode ter havido a intenção de se iniciar esse Carnaval por um ativismo político, mas outros blocos não, e eles não são menos políticos por isso, é diverso...e isso que fortalece...a gente põem gente junta na rua, e isso é muito político. [...] A construção do Carnaval é bela porque é diversa, sutil e verdadeiramente coletiva. (Gabriel, entrevista concedida em 02/04/2014).

A linguagem da arte é muito mais fácil de chegar. Primeiro a pessoa acha bonito, depois ela se entrega [...] ela vai lá pela música e fica sabendo que tem um movimento político por trás, faz política e se diverte, não tem como separar... e isso já estava acontecendo nos movimentos culturais anteriores. (Juliana, entrevista concedida em 10/02/2014).

Neste sentido, a experiência dos blocos é bastante decisiva. Em relação ao *Bloco da Praia da Estação*, não há nenhuma dúvida que se formou justamente do movimento da *Praia da Estação*. Sendo fruto direto de uma ação proibitiva da Prefeitura (Decreto nº13.798 de dezembro de 2009), o ponto alto de seu cortejo é justamente o banho em frente à sede da administração municipal e a lavagem simbólica dessa forma de gestão, que contesta essa forma de conceber a cidade como um espaço fechado. Segundo Ricardo, a *Praia* ganha força enorme já em seu início e alimenta o movimento do Carnaval de Rua, pois motiva as pessoas a abraçá-lo. Isso ocorre porque a *Praia* foi capaz de colocar pessoas e movimentos em relação, foi um ponto de convergência, de encontro. Além disso, teve adesão social muito grande de artistas,

universitários, agentes culturais, classe média e classe alta, o que fez com que houvesse maior permeabilidade para o movimento diante da mídia conservadora local. Ainda completa:

A Praia da Estação foi um movimento de ocupação da praça exatamente contrariando um decreto proibitivo do uso da praça, isso começa a dar força para outros movimentos de ocupação. A Praia foi, e continua sendo o grande catalizador de movimentos de ocupação da cidade. Os blocos de Carnaval mesmo, eles fazem os ensaios, tradicionalmente nos meses anteriores ao Carnaval, na Praia da Estação, não só no sábado, mas em outros dias também, à noite. No sábado seguinte ao Carnaval, há o grande encontro de blocos. Esse ano (2014), por exemplo, tinham mais de 15 blocos na Praia da Estação, com suas baterias, com seus músicos, se confraternizando, mostrando toda a força do Carnaval e demonstrando que aquele ali é um espaço de referência, aquele ali é um espaço de luta, é um espaço que reforça essas lutas de ocupação do espaço público. E reforça também o caráter independente dos blocos. [...] [Dessa forma há] troca, via de mão dupla entre Praia e Carnaval, justamente pela união de vários movimentos sociais e culturais em um mesmo local (sindicatos, anarquistas, trabalhistas, habitação). Fortalece o espírito de direito à cidade e direito à ocupação do espaço público. (Flávio, entrevista concedida em 20/03/2014).

Como se pode ver, a questão política é bastante evidente e se entrelaça com as pautas relativas à ocupação da cidade. Mas para o *Tico Tico Serra Copo*, que já desfila desde 2009, essa relação com a cidade já era emergente, mesmo que aquele primeiro Carnaval tenha sido construído, inicialmente, mais pela diversão com os amigos e pela vivência da experiência sensível da cidade, como pode ser visto pelo que foi escrito por Roberto Andrés no Blog do Bloco da Serra:

Eis o Tico Tico, do bairro da Serra: um grupo de amigos decide organizar o bloco e espontaneamente se dividem tarefas, como fazer um blog, confeccionar um standarte, procurar vendedores de bebidas, chamar os músicos, etc. O blog possibilita mais contribuições: sugere-se o trajeto, o samba-enredo, disponibilizam-se marchinhas e ensina-se como cada um pode produzir seu próprio chocalho com materiais caseiros. As adesões pululam e na concentração em frente à Casa Ramallete havia cerca de 100 foliões – vários munidos de seus próprios instrumentos. No percurso, mais contribuições espontâneas: um banho de mangueira é oferecido na Rua Oriente, e uma surpreendente farofa é distribuída aos foliões na Rua Níquel. Os moradores aderem entusiasticamente. Conforme avançava, o bloco crescia e o próprio percurso se alterava: Allah-la-ô em um lote vago; Me dá um dinheiro aí dentro de uma agência bancária; Sassaricando sob um temporal; e, apoteoticamente, Daqui não saio cantado em um bar já na região da Savassi – após 3,5 km de folia. Durante uma tarde, aquelas ruas ganharam dimensões sociais e simbólicas como há muito não se

via. Abrigaram o encontro, a troca e o gozo coletivos não-programados, abertos para o desejo e o acaso (ANDRÉS, 2009).¹²

Por isso o próprio bloco se conforma, hoje, a partir da premissa da descentralização e da experimentação. Não há um local de concentração permanente, há, para eles, a necessidade de percorrer a cidade, de ressonância, de experiência pública e suas andanças sempre têm levado em conta o levantamento de pautas políticas, principalmente aquelas relacionadas à agenda de qualificação urbana.

No entanto, todos estes movimentos descritos acima podem ser controversos e sobre eles algumas críticas já foram levantadas, principalmente no que tange a ocupação do espaço público das vilas e comunidades com a festa:

Tem gente que critica isso como quase um turismo de favela, sabe? Só que eu acho que não...eu acho que as pessoas de certa forma se integram... que você vê um monte de criançada, um monte de gente saindo de casa e vai em casa e coloca uma fantasia qualquer, nem que seja um colar e entra no clima? Isso pra mim é incrível... porque é uma festa democrática e tá todo mundo junto mesmo... você tá passando pela rua, não faz muita diferença da onde. (Felipe, entrevista concedida em 31/03/2014).

A rua é um palco que tem que ser ocupado [...] (mas) se a festa tá na rua, a rua tem de ficar sabendo que vai ter a festa. A gente tem uma arrogância de classe média de achar do que que essas pessoas tem carência. Imaginar o que eles precisam...será que é desse carnaval que eles gostam? (Bárbara, entrevista concedida em 18/03/2014).

Aprofundando neste assunto, o depoimento de César vai além de somente ocupar a rua, mas tangencia as indagações do tipo “quem pode ocupar o espaço?”, “ocupação do espaço para quem? Para que?”. Ele denuncia que Belo Horizonte é marcada por um conservadorismo e um segregacionismo muito grande, que impedem que haja uma efetiva apropriação dos espaços por toda a população, e, dessa forma, ele percebe em boa parcela de quem vai para a rua, no Carnaval, um ranço de manutenção das dominações cotidianas, o que acaba por minuar uma verdadeira inclusão de todos os participantes:

¹² Andrés, R. 2009. “Cidade Inutensílio”. *Blog Bloco da Serra*. Acesso em: 25 de mai. de 2014 (<http://blocodaserra.blogspot.com.br/>).

Belo Horizonte é uma cidade cheia de *status*... eu tenho sorte de ser músico, tocar em várias bandas, conhecer um monte de gente...mas assim, na época que eu não tinha nada disso...é muita rejeição... só porque você não tem nada disso, você não é de banda nenhuma...e eu sofri isso na pele no Carnaval. Porque chegava para tocar e *neguinho* virava as costas, não falava nada... tomava o instrumento (emprestado) da mão, deixava tocar dois minutos e depois pedia de volta... porque no início (quem tocava) era só a galerinha das bandinhas alternativas e aliados... os conhecidos, os namorados dos conhecidos... [...] e o Carnaval é todo mundo, é uma manifestação popular...[...] Então rola ainda essa síndrome de gueto, que é uma contradição da classe média. Um exemplo disso é show de massa... a galera fica nesse trem aí “ah, é movimento social, vamos lá, galera precisando de ajuda, vamos lá todo mundo cola é tal, mas quando vai ter um show na Praça da Estação, que é para cinquenta mil pessoa ninguém vai, sabe? Então que desejo de mobilização e de coletivo que é esse? A galera quer ir no lugar que não está tão cheio, que dá para dançar... então, é uma contradição, classe média pra mim é uma contradição só. (César, entrevista concedida em 03/04/2014).

Por fim, desse ponto de vista, e repensando sobre a lógica teórica do próprio Carnaval, nesta cidade ou estaríamos muito mais próximo da lógica de reforço das hierarquias, de Queiroz (1999) ou, se pensando sobre a ótica da inversão, teríamos, os mecanismos compensatórios colocados por DaMatta (1997). Belo Horizonte figuraria, portanto, em um paradoxo: ainda que a originalidade e a diversidade das manifestações potencializem a festa, nem sempre se amplifica o papel das ruas como espaços enriquecedores da experiência e da convivência humana, freando a multiplicação das articulações públicas entre os sujeitos. Mas, como apontaram vários entrevistados, o Carnaval na cidade, que parece ser a cada ano mais inventivo e seguir passos cada vez mais diversos, tem grande possibilidade de suscitar pequenas revoluções, já que sua sustentabilidade esta justamente na conservação de sua autonomia e originalidade e, se estas não forem televisionadas, pelo menos serão vividas com muita música, dança e alegria.

4. OUTRAS (BREVÍSSIMAS) CONSIDERAÇÕES

Como já colocado anteriormente, neste artigo procurei apresentar o entendimento acerca da relação, com o Carnaval de Rua de Belo Horizonte, das questões relativas ao ativismo político na cidade a partir das pautas relacionadas à ocupação dos espaços públicos. No entanto, resta lembrar, finalmente, que as conclusões a que cheguei se constroem às limitações do trabalho:

por tempo, quantidade de informações coletadas, possibilidades e características do campo e das entrevistas e a necessidade de recortes dado o volume dados e o objetivo proposto.

Dessa forma não posso deixar de indicar que novos trabalhos necessitam ser realizados, principalmente de forma mais abrangente, por exemplo, no que se refere à percepção dos foliões, no geral, em relação ao Carnaval na cidade e seus movimentos socioculturais, ou até mesmo focando outras relações possíveis e novos inúmeros pontos de vista, dentro de um assunto tão complexo, os quais não puderam ser abordados nesta empreitada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alonso, A. 2009. As Teorias dos Movimentos Sociais: um Balanço do Debate. *Revista Lua Nova* 76: 49-86.

Andrade, D.1947. *História alegre de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

Bobbio, N. 1998. “Política”. Pp. 954- 962 in: Bobbio, N.; Matteucci, N. e Pasquino, G. *Dicionário de Política*. Vol. 1, 1ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Damatta, R. 1997. *Carnavais, malandros e heróis*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco.

Feldiman-Bianco, B. (org.). 2010. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP.

Harvey, D. 2013. “A liberdade da cidade”. Pp. 27-24 in Maricato, E. [at al.]. 2013. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

Mazetti, H. 2008. “Resistências criativas: os coletivos artísticos e ativistas no Brasil”. *Revista Lugar Comum* 25-26: 105 – 120.

Queiroz, M.1999. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense.

Rancière, J. 2005. *A partilha do sensível: política e estética*. São Paulo: EXO experimental org., Ed. 34.

_____. 2010. *Dissensus on politics and aesthetics*. London: Continuum.

Secretaria Municipal de Governo. 2009. Decreto nº 13.798 de 09 de dezembro de 2009. *Diário Oficial do Município*. Acesso em 18 de mar. 2014 (<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>).

Seixas, J. 2006. “A reinvenção da política na cidade: perspectivas para a governação urbana”. *Revista Cidades - Comunidades e Territórios* 12/13: 177-196.

Teixeira, C. 2005. *Pernas pro ar que ninguém é de ferro!!! Lembrança da banda*. Belo Horizonte: Historiarte.

Touraine, A. 1989. “Os novos conflitos sociais: para evitar mal entendidos”. *Revista Lua Nova* 17: 5-18.

Van Velsen, J. 2010. “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado.” Pp. 437-468 in: Feldiman-Bianco, B. (org.). 2010. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP.